

CENÁRIO

Salvador e outras quatro capitais recebem prova piloto do 1º Censo nacional desse contingente populacional

IBGE mapeia população de rua na cidade

PRISCILA DÓREA

Escolhida junto a outras quatro capitais, Salvador irá participar da prova piloto do primeiro Censo Nacional da População em Situação de Rua, do IBGE. A iniciativa, inédita no País, busca mostrar quem são, onde estão e como vivem essas pessoas invisibilizadas, oferecendo uma base estatística robusta para orientar políticas sociais.

Mais do que números, o levantamento promete expor realidades até então fragmentadas, permitindo que o Estado planeje ações integradas para reduzir vulnerabilidades e garantir direitos fundamentais a uma parcela da população que há muito espera por reconhecimento e amparo.

A prova piloto teve início ontem e segue até a próxima sexta-feira.

“Em 2026, iniciamos a primeira etapa, mas teremos outras até chegar ao Censo Nacional previsto para 2028. O objetivo é testar em pequena escala, avaliar se o projeto se adequa às necessidades e ao contexto territorial heterogêneo do Brasil, e só então avançar. Um dos grandes desafios é a alta mobilidade da população em situação de rua, então para evitar omissões ou duplicidades, nessa primeira prova piloto desenhamos uma coleta extremamente curta”, explica a coordena-



Uendel Galter / Ag. A TARDE

Equipes do IBGE avaliam estratégias e se preparam para a ação em campo, na prova piloto que segue até sexta

dora técnica do Censo Demográfico na Diretoria de Pesquisas do IBGE, Giulia Scappini.

Isso exige um planejamento rigoroso e a articu-

Proposta busca consolidar base de dados capaz de direcionar políticas públicas

lação com organizações locais, prefeituras, sistema de saúde, assistência social e movimentos sociais, não apenas para mapear os pontos de concentração, mas também serem a ponte entre os recenseadores e esse público que, há anos, é invisibilizado. “Hoje trabalhamos muito com registros administrativos, experiências locais e censos municipais. Nossa proposta metodológica busca consolidar uma grande base de dados em nível nacional, capaz de direcionar e melhorar políticas públicas”, diz a coordenadora. Um desses

registros administrativos, por exemplo, é o Cadastro Único (CadÚnico), que hoje tem mais de 392 mil pessoas em situação de rua registradas.

Uma das organizações que tem ajudado o IBGE a planejar e pôr em prática essa pesquisa é a Pastoral Povo de Rua da Arquidiocese, que atende de 30 a 40 pessoas por dia. A coordenadora da pastoral, Gilcileine Ferreira Silva, explica que esses dados oficiais irão mostrar a realidade. “O Censo irá fortalecer a cobrança por políticas públicas, garantir direitos e dignidade,

além de ajudar a planejar ações mais eficazes. Esperamos que, a partir desse levantamento, possamos identificar, em um número mais próximo da realidade, quantas pessoas estão em situação de rua, suas demandas e como o Estado pode responder. Só assim será possível efetivar políticas públicas, ampliar benefícios e garantir que essa população seja vista e respeitada”, reforça.

Além de quantificar o número de pessoas, o censo vai revelar onde elas estão, de onde vieram e o que as levou à condição de extrema

vulnerabilidade, destaca o superintendente de Políticas sobre Drogas e Acolhimento a Grupos Vulneráveis (Suprad) da Seades - que também está ajudando o IBGE na pesquisa -, Gabriel Oliveira. “Esses dados nos dão instrumentos muito mais eficazes para pensar soluções concretas. Tecnologias de acolhimento só funcionam se estiverem articuladas com a rede de serviços que garante acesso a direitos e benefícios. Hoje essa rede existe, mas não tem dado conta da demanda. O censo vai ajudar a revelar por que isso acontece e buscar respostas mais objetivas”, afirma.

O superintendente salienta que é fundamental entender que a responsabilidade não é da pessoa em situação de rua, já vitimada pela vulnerabilidade, mas sim do poder público. “O poder público ainda compreende pouco o contexto de extrema vulnerabilidade que afeta as grandes cidades, por isso o censo é fundamental, pois permitirá ao Estado planejar estratégias mais eficazes para reverter esse quadro. O Censo Nacional está previsto para 2028 e, até lá, nossa expectativa é que o Estado reconheça, compreenda e planeje políticas públicas capazes de incidir positivamente sobre a vida dessa população invisibilizada”, finaliza Gabriel Oliveira.

PROERD NA PM-BA

Alunos aprendem a lidar com situações de risco

DUDA SANTA RITA*

Prevenção às drogas, bullying e cyberbullying foram alguns dos temas trabalhados com 94 estudantes do 5º ano do Colégio Vitória-Régia durante a formação do Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (Proerd). Desenvolvida em parceria com a Polícia Militar da Bahia (PM-BA), a iniciativa realizou ontem a cerimônia de formatura dos alunos, reunindo famílias, equipe pedagógica e representantes da PM-BA.

Ao longo das atividades, estudantes de quatro turmas participaram de aulas e discussões e reflexão sobre situações do cotidiano e construção de estratégias para lidar com possíveis situações de risco.

Atividades mostraram estratégias para lidar com possíveis situações de violência

“Uma delas, que eu achei muito legal, foi relatar o bullying e o cyberbullying de forma anônima. Um exemplo que eu estava estudando foi de enviar uma carta relatando sobre o que aconteceu”, contou Maria Júlia Jesus Dias, 11 anos, uma das estudantes formadas pelo

Proerd. Para ela, um dos aprendizados que vai levar para a vida é a importância de saber dizer “não” diante de situações que possam representar algum risco para si ou outras pessoas.

Segundo a professora Maria Auxiliadora Oliveira, o programa também contri-

bui para que os alunos desenvolvam, de maneira dinâmica, valores e habilidades que podem ser aplicados fora da escola. “Os alunos aprenderam sobre os riscos das drogas, da violência e de outras situações que possam prejudicar suas vidas. Além disso, o Proerd incen-

tiva valores, como respeito, responsabilidade, amizade, autoestima e convivência saudável”, destacou.

Durante a cerimônia, o major Josair Santiago Pereira da Silva, comandante da 23ª CIPM/Tancredo Neves, lembrou que a Constituição Federal estabelece a segurança

Jovens foram certificados pela PM-BA no Colégio Vitória Régia

pública como dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, e disse que os estudantes, ao participarem da formatura, assumem parte desse compromisso. “Esse ato que nós estamos presenciando é um ato de responsabilidade”, afirmou.

O Proerd é a versão brasileira do programa D.A.R.E. (Drug Abuse Resistance Education), criado nos Estados Unidos. No Brasil, a iniciativa começou em 1992 e é desenvolvida em instituições públicas e privadas, com ações voltadas à prevenção ao uso de drogas e à violência e ao desenvolvimento de habilidades para que crianças e adolescentes tomem decisões responsáveis.

* SOB A SUPERVISÃO DA EDITORA ISABEL VILLELA

EXECUÇÕES E REVOLTAS

A TARDE Play conta a história violenta do Campo da Pólvora

AGATHA VICTORIA REIS*

Quem circula pelo Campo da Pólvora, não sabe os segredos escondidos no largo localizado no bairro de Nazaré, em Salvador. Antigamente, o local já foi cenário de execuções públicas, armazenamento de pólvora, sepultamentos de pessoas escravizadas e marginalizadas.

Durante a reportagem produzida pelo A TARDE Play, é narrado que o local, atualmente incorporado ao cotidiano da população, já foi marcado pela violência e serviu como espaço para o armazenamento de pólvora, execuções públicas e revoltas,

como à Revolução Pernambucana de 1817, à Sabinada e ao Levante dos Malês.

Em maio de 1835, quatro participantes do Levante dos Malês, Jorge da Cruz Barbosa (liberto), Pedro, Gonçalo e Joaquim (escravizados), foram executados no local. Os homens acabaram sendo fuzilados, apesar de uma força ter sido erguida na praça, porque as autoridades não encontraram nenhum carasco que aceitasse realizar o enforcamento.

Achado na Pupileira

A produção ainda faz uma conexão com a recente descoberta arqueológica na re-

gião da Pupileira. Na reportagem, a arqueóloga Jeanne Dias explica que escavações na região confirmaram a existência de um cemitério para pessoas escravizadas, marginalizadas, desafortunadas e africanos que morriam logo após o tráfico.

O tratamento reservado a esses corpos contrastava totalmente com os sepultamentos religiosos e dignos oferecidos às elites da época. Além de relatos históricos apontarem que a superlotação do cemitério era tão severa que partes de cadáveres chegavam a ficar expostas na terra.

As escavações não encon-

traram esqueletos completos, mas sim fragmentos como arcadas dentárias. Estudos desses vestígios estimaram que a idade das pessoas enterradas variava de 17 a 35 anos, refletindo a baixíssima expectativa de vida desse grupo social no período.

Com participação do historiador Rai Cotias, a reportagem ainda detalha que o

tradicional largo foi utilizado pela Coroa portuguesa para armazenar pólvora por estratégia defensiva, além de fazer parte de um cinturão de defesa militar que se estendia pelas regiões vizinhas, abrangendo o Deserto, a Palma, a Saúde e o Grande Dique.

Para mergulhar nos segredos escondidos na região



Olga Leiria / Ag. A TARDE / 15.3.2023

Local foi cenário de execuções públicas e revoltas, como o Levante dos Malês

do Campo da Pólvora, assista a reportagem completa no A TARDE Play.

* SOB A SUPERVISÃO DA EDITORA ISABEL VILLELA

APONTE A CÂMERA DO CELULAR E ACESSO O A TARDE PLAY

